

# O MERCADO DO BOI GORDO: “MODERNIZANDO” TÉCNICAS, GADO E GENTE

Ana Paula PERROTA\*

**RESUMO:** As transformações da bovinocultura de corte são analisadas pelas Ciências Sociais com o objetivo de compreender como se formam novas relações socioeconômicas a partir dos esforços modernizadores do setor e de que maneira as relações ditas tradicionais são impactadas, inclusive no que diz respeito às relações entre humanos e animais. Em diálogo com esse debate, será refletido como são constituídos os pressupostos que orientam a busca pela modernização da bovinocultura de corte, e de que maneira articulam e desarticulam práticas e relações entre humanos, gado e o ambiente. Para tanto, foram utilizadas publicações de pesquisadores e agentes do Estado, chamados de “agentes da modernização” neste artigo. A partir da análise qualitativa desses trabalhos, foi possível compreender como os impulsos modernizadores desequilibram os sistemas de interação humanos e animais na medida em que instauram a condição de eficácia como valor absoluto e pressupõem a renúncia dos padrões tidos como ineficientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernização da pecuária. Sociologia econômica. Relações humano-animais.

## Introdução

Em um período relativamente curto na história brasileira, desde o século XV, o gado foi introduzido no território nacional e conformou uma multiplicidade de práticas sociais, técnicas e orientações econômicas, constituindo diferentes sistemas de criação animal. As atividades econômicas relacionadas a esta atividade são marcadas ainda, desde o final do século XIX e início do século XX, por iniciativas que visam a sua modernização. Os aportes tecnológicos e os valores que passaram a orientar a bovinocultura de corte, visando o aumento da produtividade e da rentabilidade do setor, são vistos desde então por determinados agentes públicos e privados como mudanças

---

\* UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ – Brasil. 23890-000 - anapaula\_perrota@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1321-2187>.

obrigatórias. Busca-se então a intensificação da atividade, concomitante aos objetivos de alavancar o País rumo ao progresso.

Entretanto, o que se pretende discutir nesse trabalho é que a modernização não implica apenas na introdução de técnicas onde pretensamente não haveria qualquer uma. Do mesmo modo, não significa a evolução de práticas “primitivas”, “tradicionalistas” ou a transformação absoluta de técnicas existentes por outras “modernas”. Trata-se de uma transformação da socialidade entre humanos, bovinos e outros agentes não humanos que se faz de maneira processual e a partir de conflitos entre diferentes grupos sociais e econômicos que se dedicam à criação animal. Portanto, em diálogo com abordagens sociológicas e antropológicas, este trabalho parte de uma questão clássica da Sociologia que discute sobre a passagem ocorrida nas sociedades ocidentais de uma ordem social tradicional para a moderna, caracterizada, entre outros aspectos, pela industrialização e a racionalização (SZTOMPKA, 1998). Ele também possui interface com os debates antropológicos que discutem sobre os processos de modernização, mas em diálogo com os chamados estudos sobre as relações entre humanos e animais.

Este trabalho parte ainda dos pressupostos da Nova Sociologia Econômica, que tratam da imersão do comportamento econômico, tal como Mark Granovetter (2007) discute em seu artigo que se tornou clássico. O sociólogo desenvolve sua proposta da “imersão” com base no argumento de que os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido. A partir desse entendimento veremos que a busca pela modernização da bovinocultura de corte, através da implementação e do desenvolvimento de novos instrumentos técnicos e de gerenciamento do gado, desestabiliza relações sociais interespecíficas, assim como promove rupturas em práticas econômicas, que também são sociais.

Nesse mesmo sentido, e tratando especificamente sobre os sistemas de criação animal, o antropólogo Tim Ingold (2001), ao debater sobre o conceito de domesticação, demonstrou que entre caçadores, criadores vinculados ao regime pastoril e industrial não há um processo contínuo e evolutivo. Mas, com o advento da industrialização da criação animal houve uma ruptura do regime de domesticação, que caracterizaria os outros dois tipos, com a instauração do regime de dominação então, “dominação e domesticação são aqui distinguidas, com base na premissa de que a primeira é uma forma de controle social exercida sobre os sujeitos-pessoas, e a outra uma forma de controle mecânico exercido sobre as coisas-objeto” (INGOLD, 2001, p.74).

As transformações dos regimes de criação animal, ou o surgimento da moderna produção animal, são também discutidas por Anna Tsing (2019), que se interessa sobre a onipresença em nosso mundo de sistemas produtivos baseados no desemaranhamento

das coisas. Como ressalta a autora, por mais que essa relação seja considerada exótica por antropólogos, há um espalhamento global, de modo que Tsing (2019, p.8) nomeia tais sistemas de “proliferações modernistas”. Esses sistemas funcionam como “máquinas de replicação, que se tornam eficientes produtoras de ativos, que podem ser transformados novamente em ativos futuros – e de fato ajudam a produzir esse modelo de futuro a que chamamos de progresso”.

A abordagem trazida por esses diferentes autores será utilizada a fim de realizar uma análise da visão histórica e econômica acerca da bovinocultura de corte no País, bem como dos pressupostos técnicos e econômicos dos agentes implicados com a modernização da pecuária, tais como pesquisadores das áreas econômicas, zootécnicas e agrônômicas, bem como de agentes do Estado, a quem chamarei de agentes da modernização. Com base na leitura de trabalhos produzidos por esses atores sociais, esse artigo tem como objetivo compreender a trajetória da bovinocultura de corte enquanto uma proliferação modernista e questionar sobre como são formadas, de que maneira são estruturadas, e como articulam e desarticulam práticas e relações entre humanos, gado e o ambiente. Trata-se então de partir do entendimento das máquinas de replicação, discutidas por Tsing (2019), para pensar sobre a modernização da bovinocultura de corte como um processo longo, duradouro, complexo, que perdura no tempo e encontram resistências para sua implementação.

### **Impulso modernizador da pecuária de corte**

Primeiramente, para tratar do processo identificado como “modernização da pecuária” no Brasil seria preciso entender que, concomitantemente a esse processo houve também o empenho em direcionar a criação bovina para a produção de carne. Conforme indica a pesquisa bibliográfica discutida em trabalho anterior (PERROTA, 2019), desde a chegada das primeiras reses no Brasil, estas foram incorporadas à estrutura mercantil, mas como atividade acessória de outras práticas como a mineração e a produção de açúcar, por exemplo. Entretanto, essa pecuária, que segundo Celso Furtado (2005), representava um mercado de ínfimas dimensões, adquiriu relevância no começo do século XX, se tornando pela primeira vez a principal fonte de renda em algumas regiões brasileiras. E nesse período, os esforços foram dirigidos em fazer da produção da carne uma atividade economicamente viável, pois se por um lado considerava-se que matar o gado para comer dava muito trabalho, por outro lado a carne bovina não era considerada um item fundamental na dieta.

Em sua tese, Joana Medrado (2013) recupera documentos históricos que demonstram o trabalho feito para ensinar criadores a explorar o gado depois de abatido de maneira integral, bem como o incentivo que foi dado ao próprio consumo de carne. Desde então, a pecuária se especializou na produção de carne e leiteira, fazendo dessas atividades o objetivo principal da criação animal. O couro, bem como as patas e sebos que eram os produtos animais mais valorizados (FREITAS, 1993), se tornaram acessórios, de modo que atualmente os frigoríficos industriais nem mesmo remuneram os pecuaristas acerca desses bens.

Ao longo desse período e até os dias atuais, os esforços públicos e privados fizeram com que a pecuária se inserisse como parte preponderante da economia nacional. Além de representar em todo esse tempo, uma atividade que poderia inserir o Brasil no âmbito da economia internacional. Desde o início, a modernização da pecuária e a busca pela sua internacionalização caminham lado a lado. Além disso, a busca pela industrialização também acompanhou esse movimento pela modernização/internacionalização da atividade, de forma mais ampla, ligada à agricultura brasileira. Tratava-se fundamentalmente de um empreendimento que visava transformar as formas de produção e comercialização de produtos agropecuários. Então, remetendo-se propriamente à bovinocultura de corte, Medrado (2013) nos explica que:

No decorrer da segunda década do século XX a indústria pastoril vai aparecer nos discursos exatamente como uma possibilidade de conciliação entre continuar a ser um “país essencialmente agrícola” e fomentar a modernização e industrialização necessárias para desopilar a economia do país, puxando exatamente aquele fio do pensamento fisiocrata de um mundo rural atravessado por técnicas racionais (MEDRADO, 2013, p.111).

Esse percurso ganhou outro salto nos anos 1960 e 70, quando na ocasião o setor agrícola, de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010, p.87), “absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados ‘insumos modernos’ ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, e integrou-se aos modernos circuitos de comercialização”. Nos anos 2000, o País passou por uma nova política de créditos capitaneada pelo BNDES e os setores eleitos para recebimento de empréstimos foram aqueles ligados à produção de commodities. Como é tratado em entrevista publicada na Revista Piauí (DIEGUEZ, 2019) com Luciano Coutinho, Presidente da Instituição nesse período, houve o benefício a setores ligados ao papel e celulose, alimentos, frigorífico, petroquímico, petróleo e mineração. E nesse sentido, a bovinocultura de corte se beneficiou em diferentes pontos de sua rede produtiva dessa

orientação econômica que direcionou a política de créditos recente do País.

Os aportes estatais aos diferentes pontos dessa rede produtiva nos permitem constatar então como a ideia da pecuária em particular ou da agroindústria no geral, por mais de um século, continua sendo considerada a salvaguarda para o “desenvolvimento” do País e sua inserção no mercado internacional. Como discute Renzo Taddei (2017), a modernidade tem sido uma fixação histórica do projeto nacional brasileiro, de modo que a ideia de modernização pode ser compreendida como uma narrativa dominante no Brasil. E nesse caso, a bovinocultura de corte aparece como um dos elementos centrais desse projeto.

De fato, ao consideramos os números dessa atividade econômica, o País alcançou índices de destaque globais, sendo responsável por um dos maiores rebanhos do mundo e por grande parte da carne bovina produzida e exportada – além ser também um dos principais mercados consumidores de carne bovina. Entretanto, quando trazemos à tona esses esforços modernizadores e mencionamos esse voluptuoso mercado, bem como seus valores de produção e exportação, poderíamos pensar que no Brasil esse mercado tem apenas um perfil: o da produção tecnificada e capitalizada, que inclui animais de boa genética, mantém boa nutrição, garantia da sanidade animal e voltada para o mercado exterior. Mas não é assim. As diferentes regiões do País apresentam comparativamente disparidade em relação aos números produtivos dessa atividade, e mesmo regionalmente existem diferenças, que são também qualitativas.

Conforme resultados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), referente ao ano de 2017, existem rebanhos bovinos em todos os estados do País, com concentração principalmente nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. Estes cinco estados, distribuídos em três regiões brasileiras abrigam em seus territórios mais da metade do rebanho nacional. Sendo que o maior estado produtor, até 30 de setembro de 2017, possuía 24.118.840 cabeças de gado e o menor, o Amapá, possuía 36.481 animais. Embora todos os estados brasileiros tenham gado, e como foi assinalado, os regimes criatórios e as relações interespecíficas que os compõe, juntamente aos sistemas de processamento de carne divergem qualitativamente e quantitativamente.

Chamo atenção para esses aspectos com o objetivo de debater sobre o equívoco em tratar o mercado da carne no País como possuindo características sociais, econômicas e técnicas iguais, ainda que com graus diferentes de modernização. A busca por esse mercado que traz consigo a formatação da chamada pecuária moderna confronta diferentes lógicas, práticas e formas de interação entre humanos, gado e outros agentes não humanos formados nas diferentes regiões do Brasil. Seguindo os pressupostos de Anna Tsing (2019), e pensando a chamada pecuária como uma máquina

de replicação, trata-se então de se perguntar a seguir de que forma os “agentes da modernização” buscaram – e ainda buscam – instituir padrões em torno da produção do gado e da carne.

### Unificando as pecuárias: a busca pela modernização homogeneizadora

De acordo com Niederle e Wesz Junior (2018), a modernização da pecuária compreende a entrada da carne no comércio internacional, caracterizado pelo domínio industrial e tecnológico exercido pelos países centrais. E nesse sentido, a bovinocultura de corte começa a se tornar uma atividade especializada e não mais uma prática econômica coexistente com outras, se distanciando até mesmo da pecuária leiteira, que nesse contexto se torna uma atividade inteiramente dispare. Em linhas gerais, o processo de modernização da pecuária tem como objetivo o aumento da produção e da produtividade do setor. E para tanto, visa a transformação da estrutura e do perfil da produção agropecuária a fim de melhorar o desempenho dos estabelecimentos que se dedicam à criação de gado de corte, nos diferentes segmentos da produção.

Para tanto, os agentes da modernização afirmam que se deve buscar a inovação, a adoção e a intensificação de “práticas modernas” com o objetivo de tornar o setor mais eficiente por meio de melhorias dos padrões produtivos (MACEDO, 2006). Tais pressupostos, inseridos no âmbito da economia capitalista internacional visa transformar os sistemas criatórios em uma complexa estrutura industrial-agropecuária, financeira e multinacional (NETTO, 1994). A pecuária moderna consiste numa atividade tecnificada e produtiva, capaz de se inserir nos padrões internacionais de produção e comercialização, e de maneira competitiva. Portanto, o processo de modernização implica em estar apto a participar do mercado externo, e isso se dá com a melhoria nos aspectos produtivos e aqueles relacionados à industrialização da carne (NETTO, 1994).

Logo, os objetivos da modernização consistem em mudar os indicadores de desempenho da pecuária em suas diferentes fases, mas também em atender às exigências de qualidade pelo comprador final – tanto no que diz respeito ao estado da carne, com relação ao gosto, quanto às condições sanitárias da carne e dos animais. Através da criação “controlada com critérios científicos”, em contraste com a “aleatoriedade” que caracterizaria a pecuária tradicional, busca-se animais de qualidade uniforme e compatível com a nova demanda. E falando mais especificamente do boi, o rendimento da pecuária é medido através do resultado do “nível de desfrute” do animal.

Esse índice é um elemento central utilizado pelos agentes da modernização a fim de avaliar a eficiência do setor e reflete a taxa de utilização de um determinado

rebanho sob a forma de abates. Neste sentido, o desenvolvimento da produtividade da carne tem como objetivo “o desenvolvimento da produtividade dos animais” (SANTIAGO, 1970). O animal é, em um primeiro momento, a matéria-prima que deve tornar-se mais produtiva, visando a mercadoria final que é a carne. Embora o gado seja considerado um produto oriundo de dois fatores: o meio ambiente e a herança genética, Santiago (1970, p.128) afirma que ambos “podem, dentro de certos limites, ser melhorados pelo homem”. Esse melhoramento leva em consideração o cálculo “resultante do estabelecimento de uma relação percentual entre o número de animais abatidos em um dado ano e o montante do rebanho”. De acordo ainda com Santiago (1970), essa taxa consiste no:

Mais importante índice de que se lança mão para aferir a produtividade ou o comportamento dos rebanhos, uma vez que traduz a eficiência reprodutiva, a velocidade de crescimento dos animais levados ao corte, a precocidade da maturidade sexual, a par de outras condições zootécnicas vigente, como alimentação, manejo, genética e de santidade (SANTIAGO, 1970, p.40).

Desse modo, observa-se que a melhora da taxa de desfrute indica o aumento da produtividade e esse ganho é entendido como fruto do aprimoramento da pecuária, e portanto, como expressão do nível de modernização do setor. A busca por melhores resultados desse índice visa alterar o seguinte quadro: “detentor de um dos maiores rebanhos, o Brasil dispõe de um volume de carne insuficiente para suas necessidades e, principalmente para exportação” (SANTIAGO, 1970, p.38). Esta perspectiva indicaria a falta de produtividade da bovinocultura de corte, e então, a necessidade de melhorar a taxa de desfrute do gado. Nesse contexto, as chamadas ciências zootécnicas são instituídas como base fundamental para a reformulação da política da produção de carne bovina, estabelecendo técnicas e outras avaliações que permitiriam instaurar e intensificar o nível de “modernização” da atividade (PORCHER, 2002).

Mas quais seriam os esforços em direção à melhoria da taxa de desfrute, ou à modernização? Em uma frase, “o aumento da produção depende da moderna tecnologia”, “planejada” com “critérios científicos” e “racionais” (SANTIAGO, 1970). Um dos aspectos que reflete esse novo sistema de produção é a especialização e a divisão do trabalho. A rede produtiva voltada para a produção da carne é dividida entre setores responsáveis pela produção, abate e comercialização. E no que se refere à criação animal, o bovino é dividido em três fases no sistema extensivo: bezerro, boi magro e boi gordo. E tratados respectivamente nos sistemas de cria, recria e engorda. Através de tais procedimentos busca-se a melhoria das técnicas de produção ou de exploração animal.

Cabe ressaltar que o “grau” de modernização pode se dar de diferentes modos entre essas etapas.

Aliada à divisão do trabalho, tais preocupações “modernizadoras” se direcionam pela busca e introdução de novas tecnologias, que inicialmente ocorreram através da importação de raças e de sementes forrageiras para o cultivo de pastagens. Esses dois aspectos são considerados inovações que garantiram um novo salto de qualidade para a pecuária ainda nas primeiras décadas do século XX. As pastagens cultivadas, portanto, “racionalmente projetadas”, animais mais adaptados ao clima tropical com melhor conversão de carne, são tidos como elementos importantes no que diz respeito ao desempenho do gado. Desse modo, o desenvolvimento da produtividade dos animais, tal como é discutido pelos “agentes da modernização”, consiste numa relação interdependente entre o melhoramento do meio para permitir a ação do potencial hereditário e a seleção de patrimônios genéticos capazes de produzir economicamente em determinado território.

Através da conjunção entre essas duas tecnologias busca-se o aperfeiçoamento do animal, tido então como uma máquina produtora de carne ineficiente que deve ser ajustada a fim de se tornar mais produtiva (PERROTA, 2019). Mas além desses aspectos relacionados à nutrição e ao melhoramento genético, a modernização implica também em maiores cuidados sanitários (FILHO; PAULA, 1997). Para tanto, os esforços de pesquisa realizados se direcionam às inovações e aos desenvolvimentos tecnológicos nas áreas “sanitária” e de “manejo” dos animais. A falta de cuidados sanitários considerados adequados também é um elemento entendido como um problema, que contribuiria para a baixa produtividade, devido à incidência de enfermidades e de queda da taxa de natalidade. Nesse sentido, a implementação de novas técnicas demanda também um “aprimoramento no manejo” (NETTO, 1994), que diz respeito, por exemplo, ao controle dos cruzamentos, às medidas preventivas sanitárias e à intensificação da assistência veterinária. Esses melhoramentos garantiriam, então, condições de sobrevivência e de produção satisfatórias (SANTIAGO, 1970).

O uso dessas tecnologias significaria que o gado “racionalmente” cuidado pelo “produtor moderno” se contrapõe ao gado relegado ao abandono nos estabelecimentos “tradicionais”. Esse fato refletiria a percepção sobre as limitações técnicas e econômicas de um modelo agrícola baseado na pequena propriedade familiar, em contraposição aos avanços das atividades “modernizadas”. A bovinocultura de corte se tornou alvo de inúmeras pesquisas e programas de incentivo no País no que se refere aos aspectos zootécnicos e veterinários da “indústria animal”. Ao longo dos anos, foram – e ainda são – desenvolvidas pesquisas que se dedicam, por exemplo, aos estudos sobre: o aumento da fertilidade dos animais; sobre o melhoramento dos touros reprodutores;

sobre a melhoria dos pastos e do seu manejo. Com esses esforços busca-se a diminuição do tempo médio de abate e, portanto, o aumento da taxa de desfrute do rebanho.

Contudo, existem ainda as ações orientadas para a superação de outro problema específico que atravessa a bovinocultura de corte caracterizada pela criação extensiva, que é a sazonalidade da produção. No inverno, o tempo é mais seco devido à escassez de chuvas, tornando as pastagens empobrecidas, e em razão disso os produtores perdem em eficiência com as reduções de peso do gado. De acordo com Macedo (2006), essa oscilação climática também atinge a fertilidade das “matrizes”, que apresentam maior taxa de fecundidade apenas na época do verão úmido. Aspectos como esses promovem a classificação do período de safra e entressafra pelo qual a pecuária de corte passa e o desafio em direção à modernização que consiste em controlar essas variações climáticas através da aplicação de técnicas eficazes de engorda. Além disso, esse controle refletiria também em melhoras a respeito de outros resultados zootécnicos, como a taxa de natalidade.

Essas ações e inovações tecnológicas são acompanhadas também pela preocupação com o “planejamento” da produção, que expressaria a racionalização do sistema de produção da pecuária de corte. De acordo com Santiago (1970, p.31) o planejamento: “é o caminho que permitirá transformar a fazenda tradicional, como a conhecemos, em empresa comparável às da indústria e do comércio”. Conforme os pressupostos dos agentes implicados com a modernização, o incremento produtivo da pecuária preconiza, portanto, a transformação do conhecimento que intermedia a relação entre humanos e animais.

Nesse sentido, os saberes e as experiências que surgem da lida com os animais discutidos, por exemplo, nos trabalhos de Rieth, Lima e Barreto (2016), deveriam ser substituídos por um pacote técnico que contém os modos tidos racionais, capazes de atender os interesses da produtividade. A antropóloga Graciela Froehlich (2015, p.179), a partir de sua pesquisa em uma fazenda “tecnificada”, observou nesse mesmo sentido que o “gerenciamento e controle rigorosos dos procedimentos na fazenda conferem a ela o caráter de uma empresa de pecuária”. Conforme observou, o cotidiano da fazenda é então permeado por treinamentos, consultorias e capacitações dos trabalhadores que lidam diretamente com o gado, além da parceria com fabricantes de medicamentos veterinários e empresas de nutrição animal para o desenvolvimento dessas atividades.

No geral, os agentes da modernização consideram que esses aspectos em seu conjunto e aplicados em sua totalidade contribuem para a eficiência da produção, a homogeneidade da qualidade do rebanho e da carne e para a diminuição da variação sazonal da produção animal. Portanto, aspectos como a precocidade, a qualidade, a previsibilidade e a homogeneização são elementos a serem conquistados para garantir a

modernização do setor. E concluindo com uma citação de Netto (1994, p.18) “este variável conjunto de inovações, total ou parcialmente realizadas, é o que usualmente se denomina de modernização da bovinocultura de corte”.

### Modernizando gente: a invenção desenraizada de “tradição”

A modernização das técnicas e do manejo dos animais considera imprescindível o próprio processo de modernização dos produtores rurais. O que significa dizer que os agentes da modernização reivindicam outra postura de pecuaristas e trabalhadores no que diz respeito ao mercado, mas também sobre o modo como se dá a relação com os animais, seja nas fazendas ou no transporte para os frigoríficos, por exemplo. A utilização de inovações tecnológicas e a aplicação de técnicas que foram até aqui discutidas dependem, conforme as considerações dos agentes da modernização, de uma mudança de atitude por parte daqueles que se dedicam à bovinocultura de corte. Conforme as diferentes bibliografias consultadas, observamos as indicações de que os criadores de gado precisariam tomar decisões econômicas que fossem “coerentes com a racionalidade capitalista”, adotando, portanto, um comportamento “mais empresarial”.

Para essa mudança comportamental dos agentes envolvidos com a pecuária de corte, ou do próprio *ethos* do trabalhador rural, conforme os termos utilizados por Frohlich (2015), fala-se então da mudança na racionalidade das decisões, alinhadas “aos objetivos do agente econômico da sociedade onde se insere. No caso dos produtores das economias capitalistas, a valorização do capital.” (NETTO, 1994, p.18). A respeito desse mesmo assunto, Santiago (1970) discutiu em seu trabalho sobre a necessidade de formação de uma “nova mentalidade” entre aqueles que se dedicam à exploração agropecuária. De acordo com o autor “o ingresso na vida agropecuária de homens de empresa, industriais e comerciais que buscam na terra a mais segura forma de aplicação de capitais leva para o campo a mentalidade empresarial mais receptiva à ideia do planejamento do que a de agricultores tradicionais” (SANTIAGO, 1970, p.31).

Nesse sentido, a elevação da renda é tida como parâmetro para reorganização das “empresas agrícolas” a partir de decisões tomadas pelos produtores e também para a definição das atividades que deveriam ser mantidas ou diversificadas – através de “inovações gerenciais”. Dentro de análises técnicas e econômicas do setor, a “mentalidade conservadora” (FILHO; PAULA, 1997) é apontada como um elemento que explicaria as fragilidades da indústria da carne bovina no País. Aliando então as mudanças exigidas tanto em termos de “técnicas” e de “estruturas empresariais” quanto de “mentalidade”, Martine (1991) conclui afirmando que neste novo cenário não basta

ter terra para produzir: é preciso dispor de capital. Além disso, para viabilizar a adoção de novas técnicas é preciso ser mais informado e ter atitudes empresariais. Ou seja, os produtores devem se adequar à modernização, também se modernizando, para buscar a evolução tecnológica e adotar o emprego de técnicas a fim de aumentar o nível da produtividade. E espera-se então que os estabelecimentos destinados à criação de gado tornem-se “empreendimentos planejados globalmente dentro dos mais modernos critérios de economia e da administração de empresas [...] organizados e dirigidos empresarialmente, orientados por técnicos especializados da moderna exploração pecuária, incluindo agrônomos, veterinários e economistas” (SANTIAGO, 1970, p.32).

Assim, observa-se o que seria a constituição de uma visão única a respeito do que o pecuarista e a pecuária de corte devem vir a ser, e ao mesmo tempo, do que devem deixar de ser. A “maturidade” do novo padrão agrícola, incluindo gado e gente, pressupõe uma corrida virtual e linear do tradicional ao moderno. E nessa corrida, a bovinocultura de corte identificada como “tradicional” é considerada atrasada em razão da apontada incapacidade de elevar a produtividade, reduzir custos e a manter a competitividade dos produtos finais (FILHO; PAULA, 1997). Esse quadro que busco desenhar acerca do que seria o processo de modernização da pecuária se contrapõe, portanto, a diferentes práticas desenvolvidas no Brasil e que são reduzidas no discurso dos agentes da “modernização” à alcunha de “tradicional”. Para os agentes do Estado e pesquisadores, as “práticas tradicionais” são consideradas um processo “quase extrativista”, e então caracterizadas como um sistema de produção completamente dominado pelos fatores naturais e ecológicos. São também consideradas atividades de baixo desempenho por uma diversidade de razões, “desde puramente agrônômicas às econômicas e até culturais” (NETTO, 1994, p.44). A pecuária identificada como tradicional e pouco produtiva é pensada, portanto, em oposição à produção moderna, considerada avançada e produtiva, pois se pautaria em saberes zootécnicos e agrônômicos.

Esse debate é também realizado por Renzo Taddei (2017), ainda que de forma mais ampla acerca do lugar que o discurso da modernização ocupa no Brasil face às atividades rurais. O autor discute que os discursos em torno da modernização fazem uma reificação, contrastando atraso e subdesenvolvimento *versus* modernidade e progresso. Conforme estamos discutindo, a noção de tradição aqui mobilizada é definida como “não capitalista”, “menos organizada”, “mais atrasada”, “menos formal”, de “tecnificação precária” e realizada por “formas não modernas de produção”. E tal fato seria responsável pelo baixo índice de desfrute do rebanho brasileiro, ou seja, pela alta taxa de mortalidade, pela idade de abate avançada e o baixo nível de nutrição (SANTIAGO, 1970). As práticas pecuárias no País que contrastam com as

características da chamada pecuária moderna são avaliadas pelos agentes da modernização de maneira generalizada e superficialmente, principalmente do ponto de vista socioantropológico.

Desse modo, a chamada pecuária tradicional é também identificada como “primitiva”, evocando uma noção de atraso, na medida em que seria definida pela inexistência de interferências técnicas no meio e nas características biológicas do próprio animal. A pecuária moderna é então qualificada em função da produtividade alcançada na medida em que é capaz de promover o controle sobre os fatores naturais, no que diz respeito, por exemplo, a fertilidade dos animais, a taxa de natalidade e mortalidade, o tempo de cria até o abate, a assistência veterinária, e a melhoria dos pastos. Tendo em vista os procedimentos técnicos desenvolvidos ao longo do século XX, Santiago (1970) afirma então que a arte da criação de animais domésticos é por demais complexa, e continua dizendo que “o pecuarista tem a necessidade de conhecer o ambiente em que opera; a ecologia animal; o transporte e a comercialização; os sistemas de criação; a genética e a reprodução; as raças e suas potencialidades econômicas; a nutrição animal e as pastagens”. (SANTIAGO, 1970, p.38).

Entretanto, não se trata de negar essa complexidade e nem os múltiplos conhecimentos exigidos para a criação animal. Trata-se de problematizar que só a pecuária moderna os detém. Ainda que formada por conhecimentos e técnicas diferentes, o sistema criatório em qualquer circunstância é complexo e exige múltiplos conhecimentos acerca do meio e da realidade animal como organismo vivo, mas também como um ser dotado de agência (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016). E, ao mesmo tempo, trata-se também de discutir sobre essa invenção da pecuária “tradicional” que a pensa como uma atividade desqualificada, que precisaria ser superada.

Nesse sentido, podemos discutir que a noção já criticada sobre vazio demográfico para se referir ao interior das regiões Norte e Nordeste se complementa à ideia de inexistência de técnicas quando práticas agropecuárias se distinguem da chamada pecuária moderna. Conforme apreendemos a partir da bibliografia consultada, podemos compreender que se a ideia de que o “processo de modernização” não se dá no vazio demográfico, se dá então no atraso ou na ausência de técnicas. De fato, o sistema agroindustrial consiste em um sistema inédito e relativamente recente, mas não significa dizer que não existiam outros e que coexistem atualmente com a chamada pecuária moderna.

Portanto, como enfatiza Dione Moraes (2006), ao contrário da ideia de vazio que o discurso desenvolvimentista se refere quando trata de regiões com considerada baixa densidade humana, o que se observa nessas localidades são grupos sociais estabelecendo seus modos de vida em inter-relação com a natureza. Sendo assim, se por

um lado já é consensualmente debatido que essas localidades não eram vazias, trata-se de enfatizar que os grupos sociais existentes não eram destituídos de técnicas para a realização de suas atividades econômicas. E, como discute Roy Wagner (2010, p.207), “o homem sempre foi cultural, assim como sempre foi natural. É altamente improvável que ele tenha um dia sido tosco, bruto, desleixado ou não sofisticado”.

Em diálogo com essa discussão, julgo que é pertinente a apropriação do trabalho de Tim Ingold (2018) que aborda sobre o significado do conceito de tradição. De acordo com o antropólogo, este conceito é produzido pelo discurso da modernidade e em oposição a ela. Além disso, como afirma, a ideia de tradição que é adotada pela administração estatal, advogados, burocratas e políticos, tende a ser envolvida na lógica do Estado, adquirindo um sentido de oposição à ciência moderna. Fala-se, portanto, sobre tradição, mas a partir de uma visão que seria distorcida acerca da vida real das pessoas e então menos correspondente às sensibilidades locais. E tal como estamos discutindo, observamos como o conhecimento moderno e tradicional são pensados por parte dos agentes estatais, econômicos e pesquisadores como dois polos antagônicos do desenvolvimento da bovinocultura de corte. E ainda, o conhecimento tradicional, por não ter bases na prática científica moderna, é tido como um não conhecimento, um empirismo.

Pretende-se então afirmar, a partir da problematização de Tim Ingold (2018), que o que se chama de pecuária tradicional seria incomensurável com a experiência vivida e com a relação estabelecida entre bois, gente e outros não humanos em um determinado ambiente. E ao mesmo tempo, não admite o conhecimento, as técnicas e o sistema social que humanos e não humanos constituem. As classificações são feitas em comparação à lógica, às técnicas e ao sistema de organização que caracteriza a pecuária desenvolvida no âmbito de uma economia de mercado industrial, internacional e competitiva. Mas que não se interroga sobre qual o sentido dos valores e das práticas cotidianas dos grupos sociais que se dedicam a esta atividade através de outros modos de vida.

A perspectiva a respeito do desenvolvimento da bovinocultura de corte, que pressupõe um processo de maturidade em direção ao novo padrão agrícola, entende que a modernização seria só uma questão de tempo. Segundo Santiago (1970), o desenvolvimento econômico e o progresso em geral determinariam a evolução, de forma gradativa, dos métodos de criação. No entanto, as complexidades em torno da constituição do novo modo de organização dos sistemas de produção da pecuária de corte se tornam visíveis através do que seria a resistência do produtor em se modernizar. Essa problemática é alvo de preocupação por parte dos agentes implicados com a modernização da pecuária, que tratam a “resistência” como um dos elementos

responsáveis pelo atraso da indústria brasileira da carne. E ao mesmo tempo deixa claro que a modernização da pecuária corresponde a um processo arbitrário que se impõe como uma prática lógica a ser adotada.

Acerca desse mesmo tema, a antropóloga Graciela Froehlich (2015) discute sobre o conteúdo de uma palestra ministrada por um zootecnista na fazenda em que realizou sua pesquisa. Como descreve: “as sessões motivacionais e de manejo racional foram ministradas por Egídio, zootecnista especializado em comportamento animal e manejo racional. Sua exposição insinuava que a ‘natureza do brasileiro’ tendia à preguiça e à resistência às mudanças” (FROEHLICH, 2015, p.183). Esse mesmo ponto é observado no trabalho de Rieth, Lima e Barreto (2016, p.86), na pesquisa sobre a pecuária expansiva no Pampa brasileiro, que explica que “em conversas com médicos veterinários que atendem grandes animais, são constantes os relatos de resistência de produtores rurais quanto à administração de medicamentos e aos procedimentos necessários à cura ou prevenção de enfermidades”.

Essa percepção, tal como aparece entre a bibliografia aqui consultada, pode ser ilustrada a partir do trabalho de Netto (1994, p.45) quando o economista afirma que as “razões culturais teriam um peso bastante grande no atraso, pois os produtores seriam resistentes em adotar tecnologia mais moderna e eficiente”. Os agentes da modernização discutem então sobre o que seria a “insistência” dos pecuaristas e trabalhadores em manter determinadas práticas consideradas como sendo da produção tradicional, mas também ressaltam a falta de qualificação para o trabalho, seja no que diz respeito aos fatores zootécnicos, ou com relação aos aspectos contábeis e administrativos.

A resistência como um elemento que aparece no discurso dos agentes da modernização não é exclusiva à bovinocultura de corte. Acerca dessa mesma discussão sobre a relação entre as iniciativas de desenvolvimento brasileiras e as formas de vida ligadas ao campo, Taddei (2017) observa a existência de uma resistência à preeminência que a ciência atribui a si mesma, e que é tomada como justificativa para a adoção de grandes obras. Trago então a interpretação de que a resistência apontada pelos agentes da modernização à adoção das práticas modernas de produção animal se dá no mesmo contexto da modernização tecnocrática, discutida por outros autores, e que tiveram em geral impactos negativos nos modos de vida rurais (TADDEI, 2017).

Portanto, seja pelo recorte da “natureza” ou da “cultura”, os agentes implicados com a modernização descrevem de forma crítica a mentalidade e o comportamento resistente por parte de trabalhadores e pecuaristas em aderir às inovações técnicas e ao manejo que caracterizariam a pecuária moderna. Chama atenção ainda como esse processo é descrito enquanto uma “resistência incompreensível do criador à moderna zootecnia” (SANTIAGO, 1970). Para os agentes da modernização essa postura seria

incompreensível, pois a adoção desse modelo levaria a maior lucratividade. Esse aspecto adquire ênfase na argumentação de Macedo (2006), que afirma que se por um lado essas práticas envolvem maiores custos e cuidados por parte do produtor, por outro lado, a modernização levaria ao aumento de ganhos. E assim, a adoção de um programa planejado, com ações voltadas à melhoria do manejo dos animais e das pastagens, ao melhoramento genético e desenvolvimento gerencial seria a escolha mais “racional”.

Conforme estamos discutindo, não se trata só de custos, ou de escolhas racionais, mas iniciativas que visam “modernizar” a pecuária de corte refletem transformações no projeto cultural de pessoas e gado na bovinocultura de corte. Desse modo, podemos discutir que a modernização da pecuária significa mais do que um salto produtivo e de qualidade, na medida em que pode ser entendido como a conformação de um modelo de produção inédito. E de fato há resistências, mas a despeito da incompreensão apontada pelos agentes da modernização, podemos compreender como uma resistência afirmada. Esse aspecto pode ser pensado ainda em diálogo com a pesquisa de Rieth, Lima e Barreto (2016) que discute, por exemplo, sobre a dificuldade de contratar mão de obra disposta a trabalhar em um sistema de manejo que proíbe a participação de cavalos e cães na lida com o gado em razão desses animais serem tradicionalmente parceiros de trabalho no manejo.

Desse modo, contrário à ideia de que a pecuária feita em um regime diferente do que é preconizado pelos pressupostos modernizadores não encontra mais condições para a sobrevivência, observa-se, em contrapartida, um esforço difuso para a manutenção de elementos de sistemas sociais diferentes do que é defendido como “moderno”, “avançado”, etc. Em diálogo com essa resistência, Filho e Paula (1997) apontam que o padrão tradicional estaria levando o setor da bovinocultura de corte à morte, e contra essa situação os pecuaristas deveriam se voltar à busca pela produtividade e modernização. Mas esse pensamento nos leva, no entanto, a perguntar se esse esforço de modernização que é também homogeneizador não estaria levando à morte práticas e relações diversas entre homens, gado e outros não humanos, que conformam mundos de vida diversos?

Tais conflitos são entendidos pelos agentes da modernização como uma resistência irracional às iniciativas modernizadoras, e, que, portanto, adquire um sentido de ação retrógrada. Mas essas ações podem ser compreendidas também como uma ação autoafirmativa em manter práticas, sistemas, lógicas e valores que lhes importam: ou seja, uma certa ideia sobre a pecuária e sobre o modo de relação com os animais. Então, é possível tratar aqui de dois “desenraizamentos” advindos do processo de modernização da bovinocultura de corte: um produzido pela economia e outro pela ciência. Para tratar do primeiro, podemos acionar o trabalho de Mark Granovetter (2007)

já citado, que discute sobre a imersão da economia. Nesse artigo o autor critica uma visão econômica subsocializada que preconiza uma busca individual e utilitarista por interesses próprios e que, por conseguinte, isola os atores do seu contexto social mais imediato. E, em oposição a essa ideia, trata da importância dos agentes implicados com a economia em levar a sério a imersão histórica e estrutural das relações para uma compreensão sofisticada dos fenômenos econômicos.

O segundo “desenraizamento” é operado pelo conhecimento científico moderno que exige um posicionamento do pesquisador ante os elementos do mundo a serem conhecidos, marcado pelo seu afastamento dos fenômenos estudados. Esse debate é realizado por Tim Ingold (2015, p.126), que pretende, através de um esforço teórico e metodológico, desfazer o que as ciências foram programadas a fazer: transformar o mundo em objeto e para tanto o cientista precisaria “colocar-se acima e além do próprio mundo que afirma entender”. Mas ao contrário disso, e de acordo com o antropólogo, ao viver traçamos as linhas de nossa história natural e cultural com todos os seres que participam conosco e que também trançam suas linhas, formando a trama da vida. Todas juntas, envolvidas umas nas outras, formam o que o autor chama de “textura do mundo da vida”.

Levando em conta esses “desenraizamentos” que podem explicar a interpretação de que a resistência de pecuaristas e trabalhadores seria incompreensível, observamos que a reformulação desse sistema de mercado pode ser designada como uma revolução não só tecnológica, mas fundamentalmente social. E tal transformação implica não apenas a superação da “antiga indústria extrativa”, mas a diluição de uma diversidade de técnicas, de intenções econômicas, de interações entre humanos e animais, em outro sistema pautado por índices, orçamentos, tabelas, gráficos, etc. Observa-se então que a perspectiva modernizadora não diz respeito somente à redefinição de técnicas produtivas, mas também de identidades e de mundos de vida. Como discute Karl Polanyi (1980) em seu trabalho seminal sobre os conflitos existentes em razão do processo de hegemonia da economia de mercado: os indivíduos não agem para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, mas agem para salvaguardar sua situação social.

## O mercado do boi gordo frente a noção de “aptidão”

A bovinocultura de corte, conforme os padrões modernizadores, transformou o gado em commodities agrícolas a partir da orientação econômica e científica que busca predominantemente os objetivos econômicos e racionais desta atividade. Esse processo

encontra diálogo com a discussão de Anna Tsing (2019) sobre as máquinas de replicação moderna “nas quais os seres vivos são transformados em recursos – ativos futuros –, removendo-os de seus mundos de vida”. Nesse sentido, a criação do boi/carne enquanto uma commodity é fruto do desemaranhamento das coisas que, por sua vez, promove a conversão das transações não capitalistas. Acerca desse debate que diz respeito às *commodities*, Anna Tsing (2013) discute também sobre como as mercadorias capitalistas têm removidas suas relações sociais e são desligadas de seus produtores, tornando-se suscetíveis às transações de mercado. Desse modo, o valor do boi/carne em um sistema de commodity está relacionado ao seu uso e troca.

Observa-se então como o esforço de dissociação do sistema de práticas e valores em torno do sistema de criação animal em índices econômicos e zootécnicos organiza (e se organiza) em torno do mercado futuro do boi gordo. Portanto, a modernização da pecuária pressupõe, por um lado, a melhoria de desempenho produtivo da criação animal, que é medida em taxas (desfrute, natalidade, mortalidade e fecundidade), em peso da carcaça e em meses para o abate. Por outro lado, visa à homogeneidade da produção para a padronização do boi/carne a fim de proteger as variações da mercadoria que prejudicariam os agentes em toda a rede, já que o mercado futuro se organiza através da fixação dos preços de compra e venda.

Em seu trabalho clássico intitulado *Os Parceiros do Rio Bonito*, o sociólogo Antonio Candido (2017) nos explica que os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. Faço uma apropriação da obra do autor para afirmar que podemos dizer também que o gado não constitui em si *commodities*, seja do ponto de vista do mercado internacional, dos produtores ou de agentes do Estado, econômicos e pesquisadores. Mas a modernização da pecuária e, por conseguinte, a incorporação da pecuária na esfera da economia capitalista global – e que tornou o gado/carne uma *commodity* – repercute de inúmeras formas sobre as práticas produtivas ligadas à pecuária em toda sua rede.

A busca pelo estabelecimento dos aspectos que permitem a existência e o funcionamento do mercado do boi gordo enquanto uma atividade global enseja, por sua vez, a problematização de uma noção recorrente sobre o que seria a vocação natural do País para o desenvolvimento de práticas agropecuárias e, mais recentemente, para o agronegócio. Essa vocação, também chamada de “aptidão”, é vislumbrada desde a chegada dos primeiros animais ao Brasil, que nas palavras de Netto (1994) se beneficiaram da disposição climática e da disponibilidade abundante de terras. Mesmo nos dias atuais, a avaliação positiva sobre o desempenho econômico do mercado da carne baseia-se na percepção de que as características ambientais do País, no que diz respeito às qualidades do clima, da topografia ou dos solos, favoreceram a “crescente

modernização”. Entretanto, tal como podemos ver na passagem abaixo, os próprios agentes implicados com o setor já indicam certa contradição sobre essa noção de aptidão:

o extraordinário potencial do Brasil – país de extensão continental e passível de povoamento em todas as latitudes, como bovinos de diferentes origens e raças – justifica todos os esforços e sacrifícios, visando à implementação de uma pecuária de elevada produtividade, em substituição às atuais populações de rendimento excessivamente baixo, como ocorre na maior parte de seu território, que tem possibilidades de comportar, no futuro, 200 a 300 milhões de bovinos (SANTIAGO, 1970, p.20).

Nesta passagem citada é possível evidenciar certa ambivalência que se dá pela evocação das seguintes noções: “extraordinário potencial do Brasil” e “esforços e sacrifícios” para se referir ao desenvolvimento de uma pecuária de elevada produtividade, que indica o papel importante que as iniciativas governamentais de apoio à pecuária tiveram para o bom desempenho econômico e produtivo do setor. Como foi discutido anteriormente, não são recentes os aportes do Estado para incentivar a bovinocultura de corte em particular e a agropecuária no geral. Esse aspecto é também discutido entre os próprios agentes da modernização. Tratando desse assunto, Netto (1994, p.22) explica que já na primeira década do século XX foram editados uma série de decretos que “facilitam a importação de reprodutores, criam o Serviço Veterinário do Ministério da Agricultura (Decreto 833 de 31/10/1910), regulamentam a instalação de frigoríficos (Decreto 7.945 de 07/04/1909), instalam postos zootécnicos e fazendas modelo (1912)”.

Além disso, conforme as bibliografias consultadas, um incentivo importante oferecido ao setor, visando o incremento da produção ou a sua “modernização”, diz respeito à concessão de créditos. A liberação de empréstimos rurais para a pecuária de corte, também discutida anteriormente, passou a ocorrer com mais intensidade a partir dos anos 1960 e 70, de modo que os autores chamam atenção para a farta disponibilidade de crédito oferecida nesse período (NETTO, 1994; MACEDO, 2006).

É interessante ressaltar a consideração existente de que as políticas econômicas voltadas à concessão de créditos viabilizaram a modernização da pecuária não só no que diz respeito às modificações estruturais e tecnológicas nas propriedades, mas também no que se refere às modificações comportamentais dos agentes (NETTO, 1994). Esse mesmo assunto é discutido por Santiago (1970, p.31) ao tratar sobre como a criação de órgãos regionais de desenvolvimento foram responsáveis por modificar a “mentalidade

do agricultor, ao estabelecer a exigência de projetos bem elaborados”. Como explica, a fiscalização dos recursos liberados favoreceu a criação de atividades ligadas ao planejamento agropecuário, pois esse processo exigia informações de diferentes tipos, como por exemplo, os planos de utilização dos recursos financeiros obtidos. Além disso, a abundante legislação que passa a normatizar a vida rural é também identificada por Santiago (1970, p.31) como outro elemento conformador da “mentalidade do agricultor”, pois forçaria os proprietários agrícolas “a procurarem adaptar-se às novas realidades técnicas, econômicas, sociais e legais, incluindo a racionalização de suas explorações”. Essa mesma discussão é realizada por Filho e Paula (1997, p.113) ao abordar como as mudanças políticas e operacionais do BNDES passaram a apoiar “os projetos que utilizam sistemas modernos de produção, com pasto rotacionado, e formação ou reforma de pastos com integração com a agricultura, desde que vinculados à face mais moderna da pecuária nacional, ou seja, os programas estaduais de novillo precoce”.

A bovinocultura de corte também é alvo de incentivo por parte de órgãos técnicos governamentais através de programas relacionados à sanidade animal. Esses órgãos são responsáveis pela organização de campanhas de combate a zoonoses, a fim de diminuir as perdas na produção de carne, bem como evitar a restrição de mercados internacionais em razão da presença de determinadas doenças, como a febre aftosa, por exemplo. Então, como discutem Heredia, Palmeira e Leite (2010, p.165), a presença do Estado na agricultura brasileira nesse período é assinalada por quase toda a bibliografia especializada. Nas duas últimas décadas, os investimentos colocam em evidência “o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão”.

Em razão dessas ações impulsionadoras da modernização, o debate sobre a “aptidão” para essa atividade econômica pode ser pensado em diálogo com o trabalho de Luciano Florit (2011) a respeito da noção de “vocação ambiental”. Essa noção é entendida pelo sociólogo como “produto de construções históricas decorrentes de relações sociais” (FLORIT, 2011, p.3). E então, a partir de uma interpretação crítica sobre a expressão “vocação”, que aciono aqui como uma noção análoga à ideia e aptidão, “resulta na naturalização das paisagens construídas através de relações sociais e políticas, vinculadas a atores específicos, beneficiários da visão que a suposta vocação exprime”. Neste sentido, podemos compreender que mais do que uma aptidão natural para a indústria animal, e mais do que características gradativas e irreversíveis como entendem os agentes implicados com o setor, a “modernização da pecuária” consiste em um projeto capitaneado e levado à frente por setores do Estado, cientistas, técnicos e agentes do mercado.

## Considerações finais

O esforço pela superação da agricultura “natural” através do processo de modernização integra a produção agropecuária ao setor industrial e promove profundas transformações das práticas agrícolas. Em diálogo com a discussão de Anna Tsing (2013) sobre as *commodities*, esse processo bloqueia os sistemas de relações sociais que não se restringem às relações de mercado. Então, observamos nos termos discutidos pela autora outro tipo de não liberdade no trabalho, que é a negação da posse de suas próprias habilidades e agendas de trabalhos. Portanto, tal como fica claro a respeito da discussão sobre como os empréstimos são condicionados ou premiam certas práticas consideradas modernas, e ao mesmo tempo visam transformar a mentalidade dos produtores, a busca pela modernização opera produzindo uma limitação sobre a liberdade dos criadores a respeito de suas práticas e valores na relação com o gado e outros agentes não humanos.

O desenvolvimento do padrão de produção industrializado, pautado pelo saber técnico-científico, assumiu o lugar na economia nacional e passou a caracterizar o processo em torno da modernização da pecuária. Esse processo diz respeito ainda à criação de uma polarização dicotômica, que não é exclusiva da pecuária de corte, mas que diz respeito às práticas agropecuárias no geral acerca das noções de moderno *versus* tradicional. Essa polarização é revestida de posicionamentos hierarquizantes, que a partir da celebração do discurso científico desqualifica as práticas identificadas como tradicionais.

A ideia de que pecuária era feita de maneira natural, sem intervenção humana se constitui a partir da comparação com o intenso grau de intervenção que existe hoje através das tecnociências. E nesse sentido, a incompreensão por parte dos agentes da modernização diante das “resistências” dos produtores subtende uma perspectiva sobre o sistema de produção da carne como desenraizado da sociedade, fruto apenas de decisões econômicas racionais. No entanto, os impulsos modernizadores desequilibram os sistemas de interação humano e animal na medida em que a instauração da condição de eficácia como valor absoluto pressupõe a renúncia dos padrões tidos como ineficientes. Desse modo, a heterogeneidade que a pecuária assume nas diferentes regiões do Brasil é compreendida como mais um desafio a ser superado no percurso rumo à modernização. Sendo assim, a modernização, além dos números expressivos que caracterizam o mercado da carne, também produz uma crise das formas de organização e de concepções de mundo que caracterizam “outras” práticas pecuárias. Tendo em vista que sua pretensão como sistema produtivo substituidor das práticas tradicionais não se

realizou, o que nos mantém continuamente dentro do “processo de modernização”, esse processo encontra-se, como sempre se encontrou, sob tensão com outros modos de produção, que não estão no passado, mas no presente.

## **THE BEEF CATTLE MARKET: “MODERNIZING” TECHNIQUES, CATTLE AND PEOPLE**

**ABSTRACT:** *Transformations in the beef cattle raising are analyzed by Social Sciences in order to understand how new socio-economic relations are formed from the modernizing efforts of the sector, and at the same time how the so-called traditional relations are impacted, also with regard to human-animal relations. Among this debate, it will be reflected how the assumptions which guide the search for the modernization of beef cattle raising are constituted, and how they articulate and dismantle practices and relationships between humans, cattle and the environment. In order to do so, publications by researchers and government agents, who I called “agents of modernization”, were used in this article. Through the qualitative analysis of these works, it was possible to understand how the modernizing impulses unbalanced the human and animal interaction systems, inasmuch as they establish the condition of effectiveness as an absolute value and presuppose the rejection of the standards considered as inefficient.*

**KEYWORDS:** *Modernization of livestock. Human-animal relations. Economic sociology.*

## **EL MERCADO DEL BUEY GORDO: “MODERNIZANDO” LAS TÉCNICAS, EL GANADO Y LAS PERSONAS**

**RESUMEN:** *Las transformaciones de la ganadería vacuna son analizadas por las Ciencias Sociales para comprender cómo se forman nuevas relaciones socioeconómicas a partir de los esfuerzos modernizadores del sector y cómo se impactan las llamadas relaciones tradicionales, incluso en lo que se refiere a las relaciones entre humanos y animales. En diálogo con este debate, se reflejará cómo se constituyen los supuestos que orientan la búsqueda de la modernización del ganado vacuno, y cómo articulan y desmantelan prácticas y relaciones entre humanos, ganado y medio ambiente. Para ello, se utilizaron publicaciones de investigadores y agentes del*

*Estado, llamados en este artículo “agentes de modernización”. A partir del análisis cualitativo de estos trabajos, fue posible comprender cómo los impulsos modernizadores desequilibran los sistemas de interacción humano y animal, ya que el establecimiento de la condición de efectividad como valor absoluto presupone la renuncia a los estándares considerados ineficientes.*

**PALABRAS CLAVE:** *Modernización ganadera. Sociología económica. Relaciones humano-animal.*

## REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Edusp, 2017.

DIEGUEZ, Consuelo. O desenvolvimentista. **Piauí**, Edição 49, Outubro, 2010. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-desenvolvimentista/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

FILHO, Paulo Favaret; PAULA, Sérgio Roberto Lima. Cadeia da carne bovina: o novo ambiente competitivo. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 97-116, set. 1997.

FLORIT, Luciano. Natureza, especismo e vocações ambientais. Dilemas éticos e políticos para o desenvolvimento territorial sustentável. **XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR** Maio de 2011, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

FREITAS, Decio. O capitalismo pastoril. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.438-465, 1993.

FROEHLICH, Graciela. Da ‘lida bruta’ ao ‘manejo racional’: mediações tecnocientíficas no trabalho com o gado de corte. **Revista IDEAS**, v. 9, n. 2, p. 176-201, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE – eletrônica**, vol.6 n.1, São Paulo, janeiro-junho, 2007. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao>. Acesso em: 02 nov. 2020.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do

“Agronegócio” no Brasil. **RBCS**, Vol. 25 n° 74 outubro/2010.

INGOLD, Tim. Percebendo o ambiente na Lapônia Finlandesa. **CAMPOS**, v.19, n.1 JAN-JUN, 2018.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. From trust to domination: an alternative history of human–animal relations. In: **The perception of environment**. Essays in livelihood, dwelling and skill. New York: Routledge, 2001.

MACEDO, Luís Otávio Bau. Modernização da Pecuária de corte bovina no Brasil e a importância do crédito rural. **Informações Econômicas**, SP, v.36, n.7, jul. 2006.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n. 23 – Março, 1991.

MEDRADO, Joana. **Do pastoreio à pecuária**. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2013.

MORAES, Dione. Ainda queremos ser...tão? Reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí. **O público e o privado**. Nº7, Janeiro/Junho – 2006

NETTO, Carlos Mielitz. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia, UNICAMP, 1994.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

PERROTA, Ana Paula. A busca pela carcaça perfeita: da criação animal à produção zootécnica. Revista **TESSITURAS**. V. 7, n. 1, Jan-Jun 2019.

POLANYI, Karl. A grande transformação. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORCHER, Jocelyne. **Eleveurs et animaux**: réinventer le lien. Presses Universitaires de France, 2002.

RIETH, Flávia Maria Silva; LIMA, Daniel Vaz; BARRETO, Eric. Lida Brabíssima: a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no

pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, v. 11 n. 2 jul/dez. 2016.

SANTIAGO, A. A. **Pecuária de corte no Brasil Central**. São Paulo; Água Branca: Instituto de Zootecnia, 1970.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TADDEI, Renzo. Meteorologistas e profetas da chuva. **Conhecimentos, práticas e políticas da atmosfera**, São Paulo: Terceiro nome, 2017.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, Anna. Sorting out commodities How capitalist value is made through gifts. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** v.3 n.1, p.21-43, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Recebido em 20/08/2020.

Aprovado em 25/08/2020.